



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENATA OZÓRIO IURK

INICIATIVAS DE ENFRENTAMENTO AO AGRONEGÓCIO NO COLÉGIO  
ESTADUAL DO CAMPO CUBATÃO

GUARATUBA

2019

RENATA OZÓRIO IURK

INICIATIVAS DE ENFRENTAMENTO AO AGRONEGÓCIO NO COLÉGIO  
ESTADUAL DO CAMPO CUBATÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial à conclusão do curso de  
Educação do Campo e Realidade Brasileira a  
partir de seus pensadores, Setor Litoral,  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Silvana Cássia Hoeller

MATINHOS

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A  
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS  
PENSADORES - 40001016329E1

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **RENATA OZORIO IURK** intitulada: **Iniciativas de Enfrentamento ao Agronegócio no Colégio Estadual do Campo Cubatão**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 13 de Outubro de 2019.

SILVANA CÁSSIA HOELLER

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

SUZANA MARQUES RODRIGUES ALVARES

Avaliador Interno

ANDRÉ DE OLIVEIRA

Avaliador Interno

## RESUMO

O presente trabalho buscou refletir o papel do Colégio Estadual do Campo Cubatão no enfrentamento ao agronegócio. A região que o colégio se encontra inserido é a maior produtora de banana do estado do Paraná. O primeiro momento deste trabalho foi reservado à pesquisa bibliográfica, para construção do referencial teórico. Em seguida passou-se para o momento de pesquisa de campo, onde a pesquisadora esteve durante um período de 4 anos inserido na comunidade e na escola, realizando os levantamentos de campo, acessando os documentos na escola. A partir da pesquisa ação, foram propostas intervenções na realidade escolar ao passo que se avançava na compreensão da escola e da comunidade. Buscou-se fazer um resumo da formação econômica do Brasil com o intuito de compreender por que a agricultura brasileira chegou atualmente no sistema que é praticada e sua relação com a agricultura existente no Cubatão. As intervenções na escola são descritas, bem como suas impressões ao pesquisador. Concluiu-se que é possível, a partir de intervenções no contexto escolar, iniciar um processo de enfrentamento ao capitalismo. O presente trabalho auxiliou também na compreensão de que a escola do campo possui um papel muito maior que o institucional referente à educação, mas sobre tudo possui o papel de transformar a sociedade, buscando justiça social.

**Palavras-chave:** Escola do campo e Agronegócio. Enfrentamento ao agronegócio. Educação do campo.



## RESUMEN

El presente trabajo buscó una reflexión sobre el papel en la Escuela Pública del Campo Cubatão en la lucha contra el agronegocio. La región donde se ubicaba la escuela es el mayor productor de banana del estado de Paraná. El primer momento de este trabajo fue reservado para la investigación bibliográfica, para construir el marco teórico. Luego llegó el momento de la investigación de campo, donde el investigador estuvo inserido durante 4 años en la comunidad y la escuela, realizando encuestas de campo y accediendo a documentos en la escuela. A partir de la investigación de acción, se propusieron intervenciones en la realidad escolar mientras se avanzaba en la comprensión de la escuela y la comunidad. Intentamos resumir la formación económica de Brasil para entender por qué la agricultura brasileña ha alcanzado el sistema que se practica y su relación con la agricultura existente en Cubatão. Se describen las intervenciones en la escuela, así como sus impresiones para el investigador. Se concluyó que es posible, desde intervenciones en el contexto escolar, comenzar un proceso de confrontación del capitalismo. El presente trabajo también ayudó a comprender que la escuela rural tiene un papel mucho más importante que el institucional en materia de educación, pero sobre todo tiene el papel de transformar la sociedad, buscando la justicia social.

**Palabras clave:** Escuela de campo y Agronegocios. Frente a los agronegocios. Educación de campo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>7</b>
<b>UM POUCO DO PASSADO PARA COMPREENDER O PRESENTE .....</b>	<b>8</b>
EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	13
COMUNIDADE E COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CUBATÃO.....	14
A EXPERIÊNCIA NA ESCOLA .....	20
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>

## INTRODUÇÃO

Após a vivência da pesquisadora na escola nos últimos quatro anos, foi possível perceber uma mudança de modelo de agricultura na comunidade, tanto na forma de produzir, quanto nas relações de trabalho e de comercialização dos alimentos produzidos, marcado cada vez mais pela forte presença do agronegócio. Frente a estas constatações este trabalho propõe algumas intervenções a partir do âmbito escolar.

O objetivo geral deste trabalho foi refletir sobre o papel do Colégio Estadual do Campo Cubatão no enfrentamento ao avanço do agronegócio na comunidade, onde buscou-se apontar e compreender quais são as estratégias do capital para seu avanço na escola e na comunidade.

Considerando-se que a metodologia é a ciência que estuda o método, optou-se por desenvolver este trabalho seguindo o método de pesquisa ação, caracterizado por Thiollent (1986, p. 26) “como uma estratégia de pesquisa, que pode ser vista a partir da ótica de uma pesquisa social de finalidade prática e que está de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada”.

O primeiro momento desta pesquisa foi reservado à pesquisa bibliográfica, para construção do referencial teórico. Em seguida passou-se para o momento de pesquisa de campo, onde a pesquisadora esteve por 4 anos inserida na comunidade e na escola. Durante este período, foram realizados os levantamentos de campo, acessados os documentos na escola, e também a aplicação de um questionário junto às famílias dos alunos no ano de 2016. Esse questionário, do qual a pesquisadora participou da construção e da aplicação, casa a casa, buscou traçar o perfil das famílias e dos alunos da comunidade, com perguntas específicas para as famílias sobre as características da casa, do lote, das relações de trabalho, escolaridade dos pais, entre outros levantamentos. Com base nestas informações,

nas observações e intervenções realizadas durante o período de inserção na comunidade, elaborou-se este trabalho, escrito e sistematizado a partir das informações coletadas.

## **DESENVOLVIMENTO**

O mundo chegou ao século XXI ambiental e socialmente degradado decorrente de uma estratégia de reprodução do capital que visou um novo setor, o campo. Devido ao fracasso da implantação da revolução verde na década de 60, a pesquisa passou por momentos de pressão, culminando no avanço das tecnologias, como, por exemplo, os transgênicos. Sendo assim “incrementaram as monoculturas, aumentou o uso dos ‘insumos modernos’ e da mecanização pesada, enfim chegamos ao panorama atual” (MACHADO & FILHO, 2014).

Segundo Andrioli e Fuchs (2012), cerca de 50% da população mundial, devido à industrialização da agricultura serão conduzidos às áreas urbanas, às favelas, ao desterro, ao desemprego.

Mas, para fazer este debate, é preciso mais que observar as relações sociais, econômicas, trabalhistas, ambientais, existentes no campo. Para entender o que ocorre regionalmente é preciso antes de tudo, compreender a formação do Brasil, tanto econômica, quanto social e como se chegou até os dias de hoje, através de um resgate histórico, porque somente desta forma será possível entender as raízes profundas do agronegócio, estabelecendo um panorama amplo.

É preciso buscar na memória histórica os processos da formação econômica do país, para conseguir entender a vinculação estratégica entre a formação do capitalismo dependente e o domínio da classe burguesa. Ao ampliar esta visão é possível compreender porque na comunidade do Cubatão, a agricultura vem se intensificando, tornando-se agronegócio a “qualquer custo”, gerando um verdadeiro “memoricídio” das técnicas artesanais de produção na agricultura e da identidade daquela comunidade.

O memoricídio, segundo Rampinelli (2015) pode ser entendido como a destruição de todo o patrimônio, seja ele material ou cultural, que de alguma forma possa simbolizar uma resistência a partir do passado. “Um povo sem memória”,



afirma Báez (2010, p. 288), “é como um homem amnésico: não sabe o que é nem o que faz e é presa eventual de quem o rodeia. Pode ser manipulado”.

## UM POUCO DO PASSADO PARA COMPREENDER O PRESENTE

A agricultura brasileira nasce voltada para a exportação, dentro da lógica colonialista, durante todos os períodos históricos sempre com vistas ao comércio internacional.

Segundo Fernandes (1976) pode-se destacar o Período Colonial (1530 – 1640), onde houve um feudalismo típico de Portugal (cobrança de tributos e distribuição de cargos políticos) tendo como principais características desse período a solidariedade de interesses entre um circuito pessoal restrito; obediência e representação direta da Coroa Portuguesa; Privilégios; estamentos<sup>1</sup> da raça branca.

Nesse período ainda houve a divisão das terras brasileiras em Capitânicas Hereditárias, uma super-exploração do pau-brasil (chegou a seus limites de extração), exploração máxima da terra com finalidade de comércio (ausência de agricultura) passando posteriormente para o cultivo da terra.

Como resultado da política agrária praticada nesta época, houve a criação dos latifúndios excluindo do acesso a terra inclusive a massa da população livre, fosse ela pertencente ou não a ordem estamental.

O século XVIII é marcado pelo Estatuto Colonial, “amarrando” as relações comerciais entre colônia e coroa. A mão de obra ainda era escrava, com indícios de um sistema pré-capitalista. Neste momento a terra não servia mais somente para exploração, sendo cultivado principalmente o açúcar.

É nesta época, mais precisamente no ano de 1771, a fundação do município de Guaratuba. Dom Luis Antonio de Souza Botelho Morão, General da Capitania de São Paulo, constatou que as terras da região eram férteis e havia muito ouro, sendo necessário então o povoamento da região para protegê-los de saqueadores (MAFRA, 1952).

Em 1765, 200 casais seguiram rumo ao que seria Guaratuba, para trabalhar a terra e povoar a região. Na época governava o Rei de Portugal Dom José I. O

---

<sup>1</sup>Conjunto de pessoas que desempenha a mesma função social ou que possui a capacidade de influenciar certo setor: o estamento ideológico. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/estamento/>> Acesso em: 22/07/19

acesso a Guaratuba, era muito difícil, não havendo estradas que a ligassem diretamente a Capital Curitiba.

Nesse processo de ocupação da terra, Mafra, (1952) considera como povoador o Capitão Miguel de Miranda Coutinho, que após seu falecimento foi substituído por seu filho Manoel de Miranda Coutinho. Podem-se encontrar registros de mão de obra escrava durante este processo, como no relato de Mafra (1952) que descreve o inventário da partilha de bens da falecida esposa de Manoel.

Por muitos anos o município esteve isolado do restante do estado, sendo seu acesso por água na travessia da baía. O tempo foi passando e o “desbravamento” das terras para agricultura foi avançando serra à dentro enquanto o Brasil seguia no seu “desenvolvimento”.

O século XIX é marcado pela transição do Brasil para monarquia. Houve então a separação do que era privado em relação ao que era público. É importante ressaltar que a monarquia neste período se manteve baseada nas relações estabelecidas por troca de privilégios (FURTADO, 2004).

Após 1831, o Brasil sofreu uma série de consequências econômicas e políticas das mudanças que ocorrem a nível mundial. Uma das mais importantes é a consolidação da Inglaterra como potência, que posteriormente limita a autonomia do governo Brasileiro através de acordos e tratados unilaterais (FURTADO, 2004).

Sendo assim, o Brasil segue sendo governado pela classe agrícola colonial, que apesar da independência, encontra-se integrada às economias europeias, não se consolidando como um sistema autônomo sendo, portanto dependente. O Brasil, em resumo, passa por um declínio econômico durante a primeira metade do século XIX (FURTADO, 2004).

Um tipo de agricultura que era observada a época, consistia na agricultura de subsistência, onde um indivíduo ou família devia produzir para sua sobrevivência. A base dessa agricultura era a roça, sendo que geralmente o indivíduo ou a família possuía relações de trabalho com o proprietário da terra onde mantinha a sua roça. Em geral, a remuneração era mínima e os métodos que este utilizava para ocupar novas terras eram primitivos, pois, para a finalidade de alimentar a família, essas técnicas eram suficientes (FURTADO, 2004).

Para o proprietário de terras, quanto mais gente em suas terras melhor, mais mão de obra teria. Porém, seguia-se o tempo sem uma solução palpável para o

problema da mão de obra em grande escala até que surge um movimento que cogita a imigração europeia (FURTADO, 2004).

Esse processo se consolida a altos custos para o governo imperial, porém, também sem alcançar os resultados esperados. Então, surge na Itália um movimento migratório, como forma aliviar a pressão sobre a terra, do excedente de população agrícola. São estes trabalhadores que participam ativamente da expansão cafeeira no Brasil (FURTADO, 2004).

Ainda neste século o trabalho assalariado se torna mais importante, porém apresenta uma série de problemas econômicos. Nas grandes propriedades cafeeiras, buscava-se o aumento do lucro, sem avançar nas técnicas empreendidas. Os empresários visavam apenas o aumento da lucratividade, o que demandava cada vez mais terras, não importando-se com a destruição dos solos, que após sinais de esgotamento, eram abandonados, em troca de “terras novas”. (FURTADO, 2004).

Guaratuba vai se desenvolvendo tentando se estabelecer com a agricultura. Em 1907, inicia-se a construção da estrada que ligaria a província até a capital, dentro o governo do Doutor João Cândido, posteriormente afastado do poder culminando na paralisação das obras. Em 1917 realizou-se outra tentativa de construir uma ligação com a capital, a estrada do Alboit que ligava Guaratuba a Paranaguá, e que quando chegava a baía era atravessada por canoa, trajeto que levava cerca de duas horas de viagem (GOUVEA, 2019).

Outras tentativas se seguiram, porém sem sucesso e sem apoio do Governo do Estado. Foi então que o povo decidiu iniciar a construção da estrada por sua própria conta em 1947. No ano seguinte a obra conquistou o apoio do governo estadual. Sendo a obra entregue em 1950, pelo governador Moysés Lupion (GOUVEA, 2019).

É em meio a este cenário que, segundo Gouveia (2019), um casal vindo dos Estados Unidos, em 1912, Réo Bennett e Catarine Bennett, iniciaram o desmatamento da região do Cubatão, em Guaratuba e o plantio de mudas de bananeiras vindas de Santa Catarina. O terreno por eles adquirido ficava as margens do rio Cubatãozinho, e só era acessado de barco.

Neste relato, a autora ainda conta que o Senhor Réo Bennett logo desistiu da plantação de banana, passando a cultivar a cana de açúcar, devido à inviabilidade de transporte e comercialização da sua produção.

Com uma boa produtividade da cana-de-açúcar, Bennett montou um grande engenho movido a vapor para produzir aguardente e açúcar mascavo. Em 1919, comercializava sua produção em Paranaguá. A autora relata também que este comercializava seus produtos através dos portos de Santos, São Francisco do Sul, Itajaí e Florianópolis e que chegou a pensar um porto para Guaratuba. Este engenho possuía ligação com grandes empresas americanas. Porém, suas atividades se limitaram até o ano de sua morte, em 1942.

Segundo Furtado (2004) em 1929, o Brasil se encontrou em meio a uma crise do sistema financeiro, onde perdeu boa parte de suas reservas metálicas acumuladas. Entre 1934 e 1937, houve uma valorização externa da moeda brasileira, trazendo impactos para alguns setores da indústria.

O Brasil chega à metade do século XX, com uma população ainda em sua maioria rural (NETTO, 2014), dependente do sistema ferroviário tanto para transportes comerciais quanto para a comunicação. A migração do campo para a cidade passou a acontecer com mais frequência, acelerando o processo de urbanização.

Ao final da década de 50, iniciando os anos 60, a revolução verde chega ao Brasil sob forte influência dos EUA, através do “Programa Aliança para o progresso”, estabelecida pelo governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (MACHADO & FILHO, 2014).

Em 1964, ocorre um golpe a democracia brasileira. Os militares tomaram o governo, frente à “ameaças” que um governo de esquerda representava aos interesses da elite brasileira. O projeto de reforma agrária, buscado pelos trabalhadores rurais e cogitado pelo governo de João Goulart, não pode ser colocado em prática.

Nesta época, a região de Cubatão já havia sido povoada, porém, ainda sua localização era de difícil acesso. Mas possuía agricultores produzindo aipim, banana, criando porcos, produzindo cana-de-açúcar, tocando engenhos de aguardente e açúcar. Pequena parte da produção era vendida para um comprador

de Curitiba, outra parte era usada dentro da comunidade como moeda de troca por outros produtos.

Os anos vão se passando até que se instaura a ditadura militar brasileira que dura 21 anos (1964 – 1985), ficando todo tipo de movimento político contrário a ditadura submetido á perseguição e repressão violenta. Os trabalhadores rurais que lutavam e se organizavam na luta pela reforma agrária, sofrem duras repressões pela ditadura. Segundo constam em documentos da Comissão Pastoral da Terra, milhares foram assassinados, nem sempre diretamente pelo governo militar, mas também pelos grandes proprietários que entendiam a situação política como legitimadora desse processo. No entanto, esses movimentos no campo causaram preocupação nos militares:

O governo militar, preocupado com a explosão de conflitos no campo, esboçou um conjunto de políticas sociais para o pequeno agricultor, mas elas não foram suficientes para alterar o quadro de exploração, miséria, concentração de terras e, consequentemente, violência. (TRABALHADORES RURAIS, 2019).

A partir de 1979, inicia-se então uma abertura política e a ditadura chega ao seu fim. Durante a década de 80 a ditadura militar perde força e os movimentos sociais intensificam sua organização, culminando então no surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o mais importante movimento social organizado de luta por reforma agrária.

A promessa da reforma agrária foi instaurada pela Lei nº 4.504, de 3 de novembro de 1964, que a definia:

§ 1º. Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. (BRASIL, 03/11/1964).

Durante a ditadura, a agricultura passou por uma modernização conservadora. Porém essa modernização serviu para atender ao pacote tecnológico da Revolução Verde. Segundo Guimarães (1977) a

estratégia de modernização conservadora', assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja

tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. (GUIMARÃES, 1977, p.3)

Essa modernização foi vista por Azevedo (1982) como um acordo entre a nova e a velha elite dominante, com o objetivo da manutenção do seu poder, o que trouxe mais dificuldades na democratização e no acesso das classes sociais ao centro de decisão do Estado.

As ações ditas “voltadas” para agricultura brasileira da ditadura, nada mais foram que mais uma forma de controle do poder, para a manutenção do monopólio da terra pelas elites, a expropriação dos camponeses das suas terras e a proletarianização da sua mão de obra (PIRES e RAMOS, 2009).

Em 1988 foi promulgada uma nova Constituição Federal, um marco do processo de redemocratização brasileira, sendo construída com a participação popular de movimentos sociais, também entidades como a OAB e ainda a participação de entidades de classes profissionais.

O Brasil chega ao final do século XX sendo um país que desfruta da democracia, porém enfrenta uma série de outros problemas, estando ainda em desenvolvimento.

Em resumo, a agricultura brasileira entra no século XXI marcada pelo grande consumo de agrotóxicos, utilização de sementes geneticamente modificadas, diminuição dos ciclos das culturas a fim de intensificar os cultivos, desmatando cada vez mais áreas para aumentar ou manter a produtividade, entre outras formas de atuação catastróficas para a natureza.

Esse modelo de agricultura tem trazido consequências drásticas sociais, econômicas, ambientais, políticas e éticas, gerando um clima de insegurança alimentar e ambiental.

## EDUCAÇÃO DO CAMPO

Com o campo sofrendo as consequências desses desfechos econômicos no Brasil, somado ao projeto de reforma Agrária que não foi colocado em prática, o MST ganhou força e passou a buscar a reforma agrária “na marra”. Com ocupações de terras improdutivas o movimento, no final da década de 80, passa a desenvolver



grandes acampamentos com muitas famílias. Em meio a vitórias e derrotas, a reforma agrária segue as décadas seguintes e entra no século XXI, avançando.

Com o avanço do debate dentro dos acampamentos e assentamentos do MST, passa a ser reconhecida a necessidade de escolas para os filhos e filhas dos acampados/ assentados. É assim que começa a ser desenhada a educação do campo. Com muita luta e com muito esforço, a Educação do Campo se consolidou no Brasil, com o ideal de transformação da sociedade e continua se reafirmando e avançando mesmo após 20 anos de debates sobre a temática (SOUZA E NETO, 2018).

Alguns dos elementos que fazem parte da concepção de educação do campo, segundo Sapelli, Freitas e Caldart (2015) são: compreender a educação como formação humana; pensar/ realizara educação desde conexões fundamentais na construção histórica do ser humano; não confundir educação com escola; e compreender a escola como um dos lugares onde acontece/deveria acontecer a formação humana.

Mas nem todas as escolas “do campo” encontram-se inseridas nestes cenários de luta. No entanto, os preceitos da educação do campo as contemplam, contribuindo de alguma maneira. Existem escolas, por exemplo, que apesar de carregarem em seu nome a educação do campo, encontram-se inseridas em meio a grandes monoculturas de soja, assemelhando-se muito às escolas rurais, onde seus alunos são filhos de funcionários das grandes fazendas.

O Colégio Estadual do Campo Cubatão é uma destas escolas que não se encontra vinculada a movimentos sociais, mas que possui em sua comunidade muitas características da vida camponesa. Para compreender esta realidade segue-se numa breve descrição da comunidade.

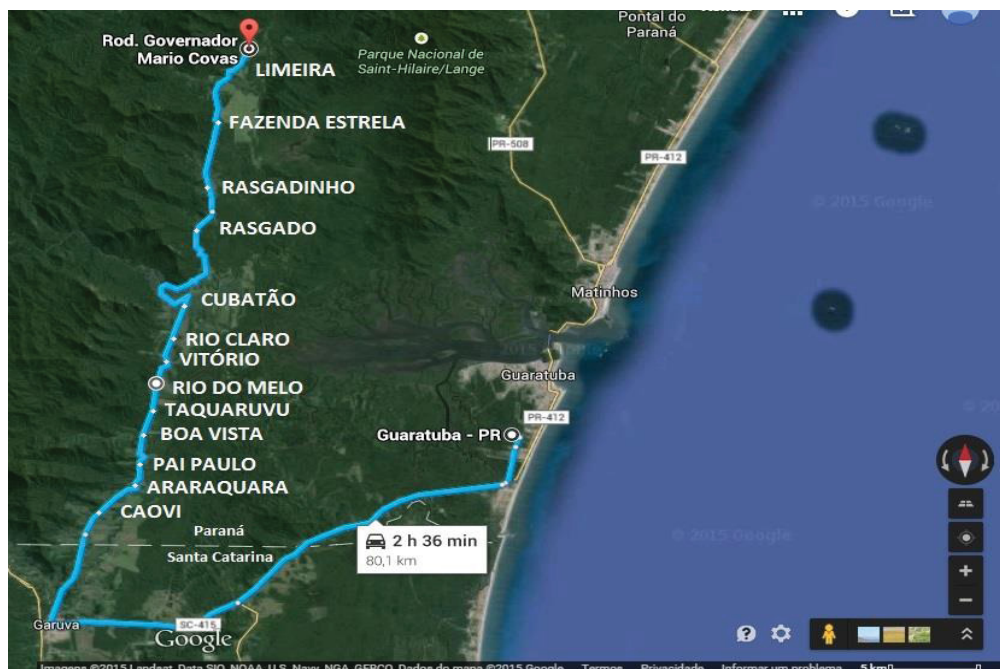
## COMUNIDADE E COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CUBATÃO

A comunidade do Cubatão situa-se no campo do município de Guaratuba, litoral do Paraná. O acesso à comunidade se faz pela Estrada Geral do Caovi, pelo município de Garuva, no estado de Santa Catarina, e após a divisa com Guaratuba passa a ser chamada de Estrada Principal do Cubatão, que possui 45 km de extensão dentro deste município.

A região é muito extensa, abrangendo as comunidades de Limeira, Fazenda Estrela, Rasgado, Rasgadinho, Cubatão, Rio Claro, Vitória, Rio do Melo, Taquaruvu, Boa Vista, Pai Paulo, Araraquara e Caovi.

Na Figura 1, observa-se a disposição de cada vilarejo na comunidade, assim como a distância entre esta e a sede do Município de Guaratuba e de Garuva. Também pode-se observar a localização da baía de Guaratuba em relação a comunidade do Cubatão. Outra observação necessária é a da distância da primeira comunidade (Caovi, divisa com Garuva) em relação a última (Limeira, divisa com Morretes).

Figura 1. Imagem de Satélite de parte do Município de Guaratuba com destaque para a estrada até a Limeira.



Fonte: Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Cubatão, 2017.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (2017), o Colégio Estadual do Campo Cubatão (CECC) está localizado na zona rural, distante 70 km, da cidade de Guaratuba, e 117 km do NRE Paranaguá. É mantido pelo poder público do Governo

do Estado do Paraná e administrado pela Secretaria de Estado da Educação.

O CECC foi criado no dia 30 de dezembro de 1982, com o nome de Escola Isolada do Cubatão. Passou a denominar-se Escola Rural Estadual do Cubatão-Ensino de 1º Grau Regular em 18 de abril de 1983. Em 17 de fevereiro de 1997, foi autorizado o funcionamento do Ensino Fundamental Regular, com oferta de séries finais do Ensino Fundamental.

Em 31 de agosto de 1998, a escola passou a denominar-se Escola Estadual do Cubatão. No ano de 1999, cessou definitivamente o Ensino Fundamental nas séries iniciais, com a transferência dos alunos para a Escola Municipal Joaquim Gabriel de Miranda.

Em 10 de janeiro de 2000 ficou autorizado o funcionamento do Ensino Médio e, em decorrência, a instituição passa a denominar-se Colégio Estadual Cubatão. Ao final do ano de 2015, passou a ser considerado Escola do Campo, passando a denominar-se Colégio Estadual do Campo Cubatão (CECC).

Atende aproximadamente 240 alunos em quatro turmas pela manhã e outras quatro turmas à tarde, sendo uma de cada série em ambos os turnos, três turmas à noite, 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio Regular.

Segundo o Relatório de Inventário da Realidade da Comunidade de Cubatão, apesar de se localizar no município de Guaratuba, os centros urbanos mais próximos são de um lado o município de Garuva, localizado no estado de Santa Catarina e Morretes, no estado do Paraná de outro. Pode-se afirmar que em Garuva se estabelecem relações por parte dos moradores de Cubatão mais intensas de comércio, prestação de serviço, do que em Guaratuba, incluindo as relações familiares.

A região do Cubatão é uma área essencialmente agrícola. O maior cultivo nesta localidade é a banana, seguido da produção do palmito de palmeira real e pupunha, além da produção de arroz, mandioca e maracujá. Segundo o site do IBGE<sup>2</sup>, Guaratuba no ano de 2017 produziu 70.000 toneladas de Banana, e é certo que a maior parte desta produção ocorreu no Cubatão, pois além deste lugar, é possível observar áreas agrícolas na Serra, na localidade de Pedra Branca do Araraquara e a sudeste da região do Cubatão, além das margens direitas do rio São

---

<sup>2</sup> IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guaratuba/pesquisa/15/11863>> Acesso em: 17/08/2019.

João, na comunidade Riozinho (em quantidade pequena, quase inexpressiva). Também existem algumas áreas produtivas na estrada que liga a sede do município a Garuva.

Guaratuba ocupa no ranking paranaense de produção de banana a 1ª. posição e no ranking nacional a 11ª posição. Em relação à produção de Palmito (palmeira real + pupunha), esta alcançou uma produção de cerca de 1400 toneladas em 2017.

Em termos econômicos, somente em Bananas foram gerados, no mesmo ano, R\$ 53.486 milhões, o que representa cerca de 8% do PIB (Produto Interno Bruto) do Município.

O extrativismo vegetal é, para algumas famílias que possuem áreas de terras pequenas, a principal fonte de renda. A retirada de palha (folhas de *Geonomagamia* Barb. Rodr.) e de cipó-preto (*Philodendron corcovadense* Kunth.) são práticas bem presentes na comunidade.

Outros cultivos já foram realizados na região, entre eles o de gengibre, café, cana-de-açúcar e poncã, evidenciando que ao longo do tempo os cultivos vão sendo substituídos. No momento é possível perceber um movimento inicial de produção da pitaia ou fruta-dragão (*Hylocereus* spp.).

A extração de caixeta (*Tabebuia cassinoides*), assim como do palmito juçara (*Euterpe edulis*), da mesma forma que no restante do litoral, constituiu importante atividade econômica. É de conhecimento de todos, no entanto, que atualmente tal prática é proibida devido à super-exploração dessas espécies e à inclusão das mesmas na Lista da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção (BRASIL, 2019).

Outra atividade extrativista presente na região é a pesca. Grande parte das famílias usa os peixes como fonte de proteínas de forma complementar a criação de aves, suínos e bovinos.

Existem diferentes tipos de propriedades entre arrendatários, grandes produtores e agricultores familiares.

A geografia da comunidade é peculiar, bem acidentada, fica aos pés da Serra do Mar, nos fundos da baía de Guaratuba, sendo cortada por uma infinidade de riachos e pelo formoso rio Cubatão. A comunidade encontra-se no meio da Floresta Ombrófila Densa, formação da Mata Atlântica.

As práticas agrícolas empregadas são realizadas no sistema convencional, com monocultura da banana e uso de agrotóxicos e outros insumos químicos. Não há dentro da comunidade uma preocupação coletiva com o meio ambiente, nem uma busca por práticas agrícolas sustentáveis, sendo estas norteadas pelo aumento da lucratividade.

A comunidade já sofre algumas das consequências das práticas agrícolas adotadas como, por exemplo, a perda da biodiversidade (diminuição da quantidade de organismos aquáticos em seus rios - informações obtidas informalmente através de relatos, visto que não há pesquisas na região). Outro exemplo é a proliferação de um inseto chamado pelos populares de maruim (*Culicoides paraenses*). Segundo alguns moradores da região, este inseto apareceu nas plantações há cerca de 10 anos atrás, através das cargas de esterco de aves utilizadas para adubo nos bananais. Adaptaram-se bem e agora infestam boa parte da região, pois se reproduzem no barro úmido (disponível em toda parte, principalmente nas lavouras de arroz) e gostam do clima quente.

A fêmea deste inseto é hematófaga, o que significa que se alimenta de sangue, tornando um tormento à vida dos moradores. A sua picada provoca irritações severas na pele (JOINVILLE, 2014).

Existem propriedades onde o trabalho é exclusivamente familiar, propriedades onde a mão de obra é assalariada ou terceirizada e arrendamentos.

A comercialização da produção é feita de forma individual, em geral por meio de atravessadores, que buscam os produtos no campo. Mas há também comerciantes que recebem por meio da entrega dos próprios produtores e destaca-se a venda do produtor diretamente na CEASA (Central Estadual de Abastecimento) como prática cada vez mais almejada.

Não há uma cooperativa que viabilize tal comercialização, o que contribui para a caracterização do individualismo estabelecido nas relações entre os produtores. Foram identificadas quatro associações de produtores rurais: Associação Pró-Agricultura Sustentável de Guaratuba (APASG), Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Cubatão, Associação dos Produtores Rurais da Limeira (APRULI) e Associação de Produtores e Moradores do Rasgadinho (AGREPAR).

Associação Pró-Agricultura Sustentável de Guaratuba é a mais atuante e organizada, realiza reuniões mensais e é constituída por grandes produtores da região, que naturalmente, atuam visando beneficiar a si próprios.

O fato das associações serem de pequenos produtores e não de agricultores familiares dificulta a participação das mesmas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo informações do site do próprio Programa, o PNAE transfere per capita diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. O Programa prioriza os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da Agricultura Familiar, bem como faz uma diferenciação do valor do per capita repassado aos alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos (BRASIL, 2017).

É possível observar na comunidade a influência do capitalismo principalmente na escolha das culturas e no modo de produção. Na cultura da banana – monocultura convencional, nas relações de trabalho e no consumo. Na busca por aumentar a lucratividade e devido à competitividade, a produção está cada vez mais individualizada, assim como as técnicas produtivas e os saberes que envolvem as práticas agrícolas “modernas”.

As multinacionais ligadas á agricultura estão entranhadas no modo de vida das pessoas e na comunidade, e vem aumentando significativamente a utilização de propaganda de seus produtos nos bananais a beira da estrada.

Existe na comunidade um escritório da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) que ficou um tempo desativado. Porém seus técnicos prestavam assistência de forma itinerante, através de visitas aos produtores. Recentemente este escritório foi ativado.

Outra observação em relação à EMATER é a de que os técnicos desenvolvem um trabalho no sentido de auxiliar os produtores no processo de certificação e nos espaços para comercialização, entre outras ações neste sentido.



## A EXPERIÊNCIA NA ESCOLA

Esta experiência iniciou-se no ano de 2015. A referida escola ainda não era considerada escola do campo, nem tampouco suas práticas assemelhavam-se às das escolas do campo. Segundo Souza (2011, P.27),

o que se espera da escola é muito mais do que a menção à realidade do aluno. É preciso tirar o véu, a nuvem que encobre o discurso sobre a realidade e enfatizar o conhecimento da prática social e daqueles que a produzem coletivamente. Das aulas, espera-se que as provocações e os textos estudados pelos professores e alunos possam gerar inquietações e relações entre o que se vive (cotidiano) e o que se desconhece, além do que se busca conhecer (outros lugares, outras relações sociais). Esse é o maior desafio da escola.

Nas reuniões pedagógicas foi possível perceber que não havia conhecimento pela equipe pedagógica das Diretrizes da Educação do Campo. Nem tampouco discussões que envolvessem a Educação do Campo. O cenário era de reprodução da escola da cidade, tentando fazer adaptações do trabalho e da organização pedagógica para a realidade da escola, assim como do currículo, que não levava em consideração as características da comunidade e suas questões políticas, culturais e históricas, caracterizando assim segundo Lima, Zanlorenzi & Pinheiro (2012, p.29) “uma visão unilateral que leva em consideração apenas uma sociedade ideal, perfeita, em que os alunos devem estar preparados para agir nesse contexto”.

Essa visão liberal de individualidade e meritocracia no âmbito escolar torna a escola um lugar onde aqueles que reproduzem o conhecimento obtido, de preferência sem fazer a crítica, são considerados bons e dados como aptos a ingressar no mercado de trabalho como mão de obra (LIMA, ZANLORENZI & PINHEIRO, 2012).

As primeiras intervenções realizadas pela pesquisadora nesta escola foram justamente neste sentido, o de suscitar a se pensar qual a escola que as pessoas da comunidade queriam e necessitavam. Seguindo essa lógica da escola como preparatória para o mercado de trabalho, era possível afirmar que o CECC, não estava desempenhando este papel, desde que se fizesse uma reflexão de qual era a mão de obra necessária para a comunidade. Esta escola tampouco educava para o trabalho real disponível na comunidade, quanto para a transformação da sociedade, um dos objetivos da educação do campo (CALDART, 2010).

Então, durante os dias em que se realizavam as semanas pedagógicas, ocorreram tentativas de trazer para a discussão o que era a educação do campo. Propôs-se discutir este tema durante o ano. Nas reuniões pedagógicas buscou-se causar momentos de reflexão junto aos demais professores do colégio.

Ainda era possível ouvir por parte de alguns professores o discurso de que o aluno deveria estudar para ser alguém e ir embora para cidade para trabalhar, desprezando toda a história daquele sujeito. Esse discurso é muito prejudicial aos alunos, preconceituoso com o campo e caminha na contra mão da educação do campo, que Kolling, *et al.* (2002, p.35) dizem que a escola deve “inverter a lógica de que se estuda para sair do campo”.

As primeiras aproximações da equipe pedagógica e dos professores com a educação do campo foi através das leituras de documentos que buscam orientar a Educação do Campo, como as Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo (PARANÁ, 2002), Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (PARANÁ, 2006), os Cadernos Temáticos do Estado do Paraná (2008), sobre Educação do Campo. De início esse processo se deu através de alguns tensionamentos por parte da pesquisadora, não como um processo natural e sim quase que uma exigência, pois foi necessário expor para a escola a importância do aprofundamento teórico dos professores, pedagogos e direção, e insistir na abertura dos espaços de discussão sobre o tema.

Estes documentos trazem muitas discussões importantes para as escolas do campo, pois ajudam na compreensão sobre a educação do campo.

A partir do aprofundamento das leituras, com o passar do tempo pôde-se perceber uma maior preocupação da equipe e dos professores com as práticas desenvolvidas na escola. Esse foi o início dessa transformação que ocorreria.

Em relação aos alunos, existia no colégio uma heterogeneidade, pois na escola estudavam os filhos dos grandes produtores juntamente com os filhos dos seus funcionários. Possuindo assim, dentre a clientela, alunos de diferentes classes econômicas. A escola possuía poucos alunos negros, sendo a maioria dos alunos pardos e muito descendentes de alemães.

Uma curiosa observação realizada foi a de que os alunos, em sua maioria, não se reconheciam como sujeitos do campo. Esse fato refletia a visão das famílias e a forma de trabalho e produção, que impactavam diretamente a comunidade. Pôde

se observar um comportamento individualista, mais presente na zona urbana. Não se percebia um espírito coletivo no enfrentamento dos problemas do dia a dia, nem se observava a prática de mutirões, comuns nas comunidades camponesas. Na escola havia uma reprodução destes comportamentos identificados na sociedade local.

Segundo Caldart (2008), uma das funções da escola é a da percepção e da formação de identidades. A escola deveria ser o lugar onde a criança ou o adolescente são auxiliados a desenvolver uma autoconsciência de quem ele é ou do que gosta e se identifica. “Educar é ajudar a construir e a fortalecer identidades; desenhar rostos, formar sujeitos. E isto tem a ver com valores, modo de vida, memória, cultura” (CALDART, 2008, p. 32).

Após identificar essa necessidade de se reconhecer enquanto sujeito do campo, o pesquisador passou a fomentar discussões com os professores e a equipe pedagógica sobre a necessidade de construir a identidade junto com os alunos.

Avançando no debate da construção da identidade, o pesquisador passou a propor ações que visassem contribuir com este reconhecimento enquanto sujeito do campo concomitante com ações que valorizassem estes sujeitos.

Uma ação proposta foi a de saídas de campo pela comunidade, constatado que muito alunos conheciam o trajeto apenas até a escola, sem ter ultrapassado esta. Criou-se então, em conjunto com a equipe diretiva, pedagógica e docente os projetos “conhecendo o Cubatão”, “conhecendo Limeira”, “conhecendo Guaratuba” e “conhecendo Riozinho” e também dias temáticos.

Essas saídas de campo foram encaixadas nos dias de complementação de carga horária. Devido a dificuldade de algumas linhas de transporte não conseguirem realizar um rápido retorno, a hora aula era reduzida 45 minutos, tendo que ser realizada mensalmente uma ou mais complementações de carga horária, realizadas em sábados ou recessos. Apesar de ser dia letivo normal, essas complementações na maioria das vezes eram esvaziadas, sendo pouco proveitosas.

Com criação deste projeto, notou-se que a participação dos alunos nos dias de complementação de carga horária aumentou. Ainda não se tinha a maioria dos alunos participando, porém observava-se que os alunos que participavam eram aqueles que conheciam pouco a comunidade. Os comentários por parte dos alunos durante as viagens eram surpreendentes.

A maior participação foi no projeto conhecendo Guaratuba, onde se levou os alunos até a sede do município, que muitos não conheciam. Guaratuba está situada no litoral e possui uma grande baía. O rio Cubatãozinho que corta comunidade deságua nesta, porém muitos alunos relatavam não ter conhecimento se estavam perto ou não do mar, outros relataram nunca terem visto o mar. Uma das cenas que chamaram a atenção, foi a de algumas crianças com um brilho diferente no olhar, abaixando-se e experimentando a água marinha para constatar se de fato ela era salgada ou não. E depois da constatação: a festa, a gritaria comemorando a quão salgada era a água!

Por mais simples que esta ação pareceu, continuou rendendo muito conteúdo para ser usado de forma interdisciplinar. Buscou-se ajudá-los a desvendar em suas mentes noções de territorialidades, localização espacial e geográfica. Houve durante este projeto, um passeio de barco pela baía de Guaratuba, onde avistou-se as montanhas que acompanham a comunidade, permitindo assim que eles concretizassem mentalmente a posição geográfica onde estavam.

A saída de campo organizada na própria comunidade teve como objetivo valorizar outras formas de subsistência. Visitou-se uma casa de farinha (única em funcionamento) onde os alunos puderam “mexer o tacho” e participar assim da produção da farinha de mandioca. O intuito com esta visita foi também o de resgatar as memórias da comunidade. Segundo Caldart (2008, p 32) “a escola precisa ajudar a enraizar as pessoas em sua cultura”.

Outro lugar interessante foi uma agroindústria familiar de conservas e doces. Os alunos puderam ver passo a passo a produção das conservas e conversar com o proprietário.

Logo na sequência visitou-se uma granja de ovos caipiras. O proprietário levou os alunos até os galinheiros onde criava cerca de 400 galinhas. A cada visita os alunos vibravam com as descobertas, pois tudo era novidade, e muitos nem sabiam que existia isso na comunidade.

Um dos pontos de parada foi a casa de um aluno cujo pai produzia vassouras de cipó preto e produtos de limpeza caseiros. Este deu um tipo de oficina, mostrando o processo de fabricação das vassouras, que por sinal são bastante comercializadas na região, no município vizinho, assim como na sede do município de Guaratuba.

Outra saída de campo importante no sentido do resgate da história da comunidade foi realizada no início do ano de 2019, para as comunidades do Riozinho, Empanturrado, São Joãozinho. Essas comunidades estão separadas do Cubatão apenas por um rio, porém é como se houvesse um abismo entre elas. As crianças destas comunidades frequentam a escola urbana no município de Guaratuba, a cerca de 30 km de suas casas. Conversando com alguns pais destas crianças, pode-se ouvir relatos de que as mesmas são vítimas de preconceito nas escolas da cidade, onde recebem apelidos relacionados com a região onde moram como caipira, ou fumaça (em alusão ao cheiro de fumaça que fica nas roupas quando se utiliza de fogão a lenha dentro da casa), entre outros deste tipo (NUNES, 2014).

Essas comunidades quase não produzem banana para comercialização. Algumas pessoas vivem da pesca artesanal, outras do cultivo e beneficiamento da mandioca (farinha), da coleta do cipó-preto pra fabricação artesanal de cestarias, e ainda da coleta de um musgo, chamado por eles de “veludo”, vendido para a utilização como substrato de orquídeas.

As casas são bem mais simples que as do Cubatão. Os alunos ficaram bem curiosos e atentos ao trajeto observando as novidades a cada curva. Ainda puderam ser observados na comunidade, pescadores tecendo redes de pesca e canoas feitas de troncos de árvores.

Novamente a presença das montanhas na comunidade serviu de referencial de localização geográfica, sendo o suficiente para que os alunos percebessem que apesar de percorrerem cerca de 70 km para chegar naquele lugar, estavam muito próximos da sua comunidade. Muitas pessoas do Cubatão possuem vínculo familiar com as pessoas da comunidade visitada. O agronegócio se faz presente também neste lugar, porém não com imensos bananais, mas com plantações intermináveis de eucalipto de corte (*Eucalyptus spp*).

O projeto de dias temáticos foi uma tentativa de construir atividades pertinentes ao cotidiano dos alunos. Foi analisada pela equipe diretiva a quantidade de dias de complementação de carga horária e divididos entre os professores da escola para que cada grupo ficasse responsável por um dia e assim construísse um tema. Por intervenção do pesquisador, um dia ficou com o tema Agrotóxicos e um outro dia com a Feira do Produtor.

Para o dia do tema Agrotóxico foram separados dois momentos: o primeiro pela manhã, onde a escola recebeu uma engenheira agrônoma da própria comunidade, filha do maior produtor de banana do Cubatão e sua irmã. Elas trouxeram dados sobre produção da banana e também abordaram o uso de agrotóxico. Trouxeram equipamentos de proteção individual, falaram sobre a importância de utilizar estes equipamentos. A tarde foi projetado o documentário “O veneno está na mesa”, de Silvio Tendler, lançado em 2011. Este documentário aborda a temática do agrotóxico. Após o documentário, abriu-se para debate, onde se permitiu aos alunos falarem sua opinião e suas experiências sobre o assunto.

A maior parte da comunidade escolar não acha grandes implicações em relação ao avanço do agronegócio na comunidade, bem como em relação às técnicas empregadas nas lavouras. É importante abrir parênteses aqui, pois quase todos os funcionários possuem ligação com a agricultura local, sendo alguns inclusive proprietários de bananais. Quando questionados em relação ao uso de agrotóxicos, muitos negavam a utilização, admitindo o uso de óleo mineral. Porém quando pesquisado sobre este óleo, descobriu-se que seu nome comercial é Manzate e que a sua classificação toxicológica é de classe I – extremamente tóxico. Já a classificação do potencial de periculosidade ambiental é de classe II – muito perigoso ao meio ambiente.<sup>3</sup>

A visão destas pessoas é a de que a forma como se produz a banana no Cubatão é a única forma rentável o suficiente para a sobrevivência das famílias. Sobre experiências de produções orgânicas, em geral elas consideravam utópicas, impossíveis de se praticar e continuar lucrando com a produção.

Em relação ao meio ambiente, relatam que algumas espécies de peixes estavam se tornando raridade no rio, que as carnes de caças, antes abundantes, agora já quase não se achavam, demandando às vezes horas de caçada pra retornar sem sucesso. O surgimento nos últimos anos de um inseto chamado maruins foi, por algumas pessoas, ligado ao uso de esterco de peru como adubo.

No geral os funcionários sentem-se felizes com os rumos que a agricultura da comunidade tomou, pois as famílias “melhoraram” sua condição econômica.

---

<sup>3</sup> Disponível em:  
<http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/Bulas/Fungicidas/manzate800150218.pdf>.  
Acesso em 08/09/2019.



Outras atividades eram desenvolvidas paralelamente aos dias letivos, como cursos do SENAR. Por iniciativa da equipe diretiva, o SENAR organizava e ministrava diversos cursos no colégio para a comunidade como, por exemplo, de panificação, doces e compotas, construção com bambu, artesanatos com fibra de bananeira, etc.

Embora sutil, mas ativo, é uma das formas que o capitalismo vinha atuando na escola. Já na escola municipal, era através de seus projetos com viés pedagógico, como o AGRINHO, que segundo o seu próprio site<sup>4</sup> é um “programa de responsabilidade social do Sistema FAEP, resultado da parceria entre o SENAR-PR, FAEP, o governo do Estado do Paraná, mediante as Secretarias de Estado da Educação, da Justiça e da Cidadania, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Agricultura e do Abastecimento, os municípios paranaenses e diversas empresas e instituições públicas e privadas”.

Segundo Machado & Filho (2014) as multinacionais ligadas à agricultura, passaram a desenvolver programas e projetos que contemplam os filhos dos agricultores, de forma a convencê-los na manutenção das práticas agrícolas desenvolvidas nas propriedades de seus pais e de evitar a sua evasão para a cidade. É “um processo sofisticado de convencimento destinado a vincular, até emocionalmente, os futuros dirigentes de grandes negócios de produção agrícola às empresas multinacionais” (MACHADO & FILHO, 2014, p.105).

Para o tema feira do produtor organizou-se uma feira que foi aberta a comunidade. Houve certa dificuldade em divulgar e contatar os agricultores, ficando o convite restrito a famílias ligadas a escola, feito via bilhete entregue aos alunos. Foram poucos produtores que participaram desta atividade. A comunidade também pouco prestigiou o evento, limitando-se a alguns poucos vizinhos e aos alunos que estavam na escola.

Outra mudança importante que ocorreu, foi na semana pedagógica – dia destinado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná para reunião dos professores, atividades de formação pedagógica e planejamento. Estes dias, em geral, vem com uma sugestão de atividade, a qual passou a ser definida, sempre que possível, pela equipe pedagógica, possibilitando mais espaços de discussão

---

<sup>4</sup>Disponível em <<http://www.agrinho.com.br>>. Acesso em: 10/08/2019.

sobre a prática pedagógica realizada na escola, assim como rumos a serem tomados.

Foi neste tipo de espaço que as ideias descritas acima em forma de projetos, foram pensadas. Anteriormente esses dias eram usados apenas para cumprir a proposta vinda da Secretaria, sem muitos espaços para debater assuntos da realidade e necessidade da escola. Entende-se que a utilização destes espaços a favor do debate e do estudo das temáticas pertinentes a Educação do Campo e a realidade da escola foram de suma importância em todo esse processo de transformação que o Colégio Estadual do Campo Cubatão passou.

No ano de 2016, na semana prevista no calendário escolar como semana da integração comunidade-escola, buscou-se construir atividades que tivessem algum tipo de impacto na valorização do conhecimento das pessoas da comunidade. Elaboraram-se algumas oficinas onde, por exemplo, foram convidadas mães e funcionárias para compartilharem seus conhecimentos, como por exemplo, na técnica do crochê, enfeites confeccionados com feltros, artesanatos em geral. Foi oferecida também uma oficina de maquiagem.

Os funcionários, durante os momentos que participaram das reuniões pedagógicas se mostraram interessados e favoráveis às mudanças, sempre se colocando bem dispostos a participar de atividades extracurriculares. O interessante é que, sempre que se necessitava de qualquer dado histórico ou resgate de memórias da comunidade, sempre tinham muito a contribuir, o que foi importante nas construções coletivas, pois trazia a realidade vivida, visto que a maioria dos professores não era natural do lugar, nem tampouco moravam permanentemente lá.

ARROYO; CALDART; MOLINA (2004) amplia ainda mais este debate sobre o professor, muitas vezes o colocando como vítimas de um sistema educacional, que não busca a valorização profissional, que coloca quase que como uma penalização o trabalho na escola rural e não como uma escolha, rebaixando sua auto-estima e suas perspectivas para o futuro, às vezes findando na realização de um trabalho desinteressado, sem qualificação e que não leva em consideração o contexto da educação do campo e nem mesmo os sujeitos que o constituem.

O maior desafio em relação aos professores foi manter a equipe no ano seguinte, visto que muitos não são efetivos no quadro de professores do Estado, possuindo vínculo como temporários com o estado. Então todo início de ano era um

desafio, reconstruir os debates da escola do campo, situar os debates já realizados, com os avanços obtidos com a equipe docente anterior.

Em geral, os professores temporários que acabavam lecionando no CECC era por que não conseguiam a atribuição de aulas na cidade, obrigando-se a ir para o campo.

Para a maioria dos professores as grandes plantações de banana, era algo deslumbrante, remetendo a prosperidade. Não observou-se uma preocupação com a saúde da comunidade escolar em relação ao uso de agrotóxicos próximo a escola, ou ao consumo de água da torneira, se estaria contaminada ou não.

No ano de 2018, propôs-se então um seminário que abordaria várias temáticas ligadas ao campo: A questão agrária no Brasil, O projeto do Capital para a educação, Educação do Campo, Agroecologia. Esse seminário foi organizado em três dias. As três primeiras temáticas foram abordadas de forma bem teórica, buscando subsidiar as discussões sobre Reforma Agrária e o papel da escola do campo.

Realizadas estas discussões, no outro encontro sobre Agroecologia, fez-se uma parceria com os produtores do Acampamento do MST José Lutzemberg de Antonina-PR. Nesta parceria, vieram alguns destes produtores palestrar sobre o tema, discutindo sobre o plantio de banana na Agroecologia e a entrega no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Durante a palestra foi exibido o documentário “Agrofloresta é mais” filmado no referido acampamento. Um dos agricultores palestrantes, explicou como funcionava o PNAE, abrindo a possibilidade para os agricultores do Cubatão se associarem e passarem a entregar no programa através da cooperativa do acampamento.

Essa possibilidade “alvorçou” os agricultores, porém apenas dois efetivaram a parceria. Houve um casal de agricultores, que além da parceria, mostrou interesse em plantar áreas de transição para agricultura agroecológica. Para estes, a cooperativa ofereceu assistência técnica incluída na parceria firmada.

## **CONCLUSÃO**

Ao estudar a formação econômica do Brasil pode-se compreender a realidade da política e da economia brasileira, entendendo seus reflexos no campo, atualmente. A

forma como o capital intensificou-se nas propriedades pequenas, nas relações de trabalho, na comercialização dos produtos, na sociedade local passou a ser melhor compreendida.

Concluiu-se que os professores tiveram um desafio, o de ensinar seus conteúdos disciplinares com base na realidade do campo. Este processo obteve sucesso, pois passou-se a refletir sobre a condição de vida e a realidade de cada aluno durante o planejamento do trabalho pedagógico, de forma que houve um maior respeito às especificidades da vida no campo.

Inicialmente, entre os funcionários do Colégio Estadual do Campo Cubatão a apropriação da agricultura pelo capital não era um problema, nem tampouco que este atuasse na escola através de projetos e programas. Porém, após as intervenções durante o período de quatro anos, estes passaram a reconhecer as perdas na comunidade a medida que o capital avançou.

Afirma-se conclusivamente, também, que a escola do campo possui um papel muito maior que o institucional referente a educação, mas sobretudo possui o papel de abrir as janelas do conhecimento do mundo, mostrar diferentes possibilidades e realidades, auxiliar na organização da comunidade.

É possível, a partir de intervenções no contexto escolar, iniciar um processo de enfrentamento ao capitalismo, através da promoção da Agroecologia e difusão das suas práticas.

## REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A. I.; FUCHS, R. **Transgênicos: as sementes do mal**. 2ª. Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo, Expressão popular, 2008.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: P az e Terra, 1982.

BÁEZ, F. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista a globalização. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos. **Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção**. Disponível em: [http://dados.gov.br/dataset/portaria\\_443](http://dados.gov.br/dataset/portaria_443). Acesso em: 01 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Seção: Histórico. Disponível em: <<https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>> Acesso em 07/11/19.

CALDART, R. S.; Elementos para a construção do projeto político pedagógico da educação do campo. *In*: **Cadernos temáticos: educação do campo**/ Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. – Curitiba: SEED- P, 2008.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para análise de percurso. *In*: **Educação do Campo**: Semiárido, Agroecologia, Trabalho e Projeto Político Pedagógico. Coleção Cadernos Temáticos. Ano I. N° 1. 2010. Santa Maria da Boa Vista/PE.

FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

GOUVEIA, D. L. S. **Um pouco da história da ponte do Cubatão**. Correio do Litoral, Guaratuba, 9 de Agosto de 2019. Disponível em <<https://www.correiodolitoral.com/22641/um-pouco-da-historia-da-ponte-do-cubatao/>> Acesso em: 01 de Setembro de 2019.

GUIMARÃES, A. P. **O complexo agroindustrial**. Revista Reforma agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

JOINVILLE. **Fundação 25 de Julho lança cartilha sobre o maruim**: Ideia é orientar população sobre prevenção e cuidados para evitar proliferação. Joinville, 30 de Julho de 2014. Disponível em: <<https://wwwold.joinville.sc.gov.br/noticia/7920-Funda%C3%A7%C3%A3o+25+de+Julho+lan%C3%A7a+cartilha+sobre+o+maruim.html>> Acesso em: 07/11/2019

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; osfs& CALDART, R. S. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

LIMA, M. F.; ZANLORENZI, C. M. P.; PINHEIRO, L. R. **A função do currículo no contexto escolar**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MACHADO, L. C.; FILHO, L. C. M. **A dialética da Agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo, Expressão Popular, 2014.

MAFRA, J. da S. **História do Município de Guaratuba**. Guaratuba: [s.n], 1952.

NETTO, J.P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez. 2014.

NUNES, R. B. **Realidade escolar dos alunos do meio rural do município de Dom Feliciano/RS**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: < [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/647-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/647-0.pdf)> Acesso em: 07/11/2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. 2006.

\_\_\_\_\_. **Cadernos Temáticos do Estado do Paraná**. Educação do Campo. 2008.

RAMPINELLI, W. J. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos. **Lutas Sociais**, v.17. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25711/pdf>> Acessado em: 17/09/2019.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

SAPELLI, M. L. S.; FREITAS, L. C.; CALDART, R. S. **Caminhos para a transformação da escola**: Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 15)

SOUZA, D. C. NETO, D. V. **A educação do campo como caminho para a transformação social**: notas desde o Triângulo Mineiro. Cadernos CIMEAC – v. 8, n. 1, Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/cimeac/article/view/2952> Acesso em: 07/11/2019.

SOUZA, M. A. **Práticas educativas do/no campo**. Ponta Grossa- PR: Editora UEPG, 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1947.

TRABALHADORES RURAIS. **Memórias da Ditadura**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>>. Acesso em: 02 de Setembro de 2019.